



# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Handwritten signature or initials.

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO FORMAÇÃO N.º CP\_AVP\_FORM\_2015

### Entre



A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,



### E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, nº 60 2º andar, 4100-068 Porto, representada neste ato pelo seu Presidente, Joaquim Manuel Oliveira Vilela, adiante designada por Segunda Outorgante,



Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:



- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;

Contribuinte n.º 501982060



# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

18  
12

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - Formação**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

## Cláusula Primeira

### (Objecto)



1 - Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Formação.



2 - As Ações/Cursos objeto do presente contrato são aqueles que a Associação de Voleibol do Porto se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano e que merecem a aprovação da Primeira Outorgante, após Candidatura para o efeito.



## Cláusula Segunda

### (Período de execução do programa)



O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Dezembro de 2015.

## Cláusula Terceira

### (Comparticipação financeira)



1 - A comparticipação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol do Porto, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, será do montante de até **4.600,00 €** (Quatro mil e seiscientos euros), destinada a participar os custos com os seguintes cursos:



- Curso de Árbitros Estagiários;
- Curso Árbitros Regionais de Voleibol de Praia
- Ação de Formação Contínua;



2 - A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

Contribuinte nº 501982080

Página 2 de 5



# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

M  
B

## Cláusula Quarta

### (Disponibilização da comparticipação financeira)

A comparticipação referida no n.º 1 da Cláusula anterior será disponibilizada faseadamente, após o relatório final da ação e de acordo com a afectação de verbas, para efeito, do IPDJ, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol.



## Cláusula Quinta (Obrigações da Associação)

São obrigações da Associação:

- Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo - Formação de acordo com a Ficha de Candidatura apresentada e aprovada, de forma a atingir os objectivos expressos naquela;
- Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato programa, sempre que solicitados pela Federação Portuguesa de Voleibol;
- Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do Programa objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os de execução deste Programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação de verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- Apresentar, até 15 de Dezembro de 2015, o plano de actividades e orçamento (Ficha de Candidatura - Formação) para o ano de 2016, caso pretenda celebrar contrato programa para esse ano.



## Cláusula Sexta

### (Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

A Associação de Voleibol do Porto não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Federação Portuguesa de Voleibol, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, sendo igualmente suspensos os apoios decorrentes do contrato programa em curso enquanto a situação se mantiver.



Contribuinte n.º 501982060



# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Handwritten initials/signature.

## Cláusula Sétima

### (Incumprimento das obrigações da Associação)

1 - O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Federação:

- a) Obrigações referidas na Cláusula 5.<sup>a</sup> do presente contrato programa;
- b) Obrigações contratuais constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.



2 - O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c) e d) da Cláusula 5.<sup>a</sup>, por razões não fundamentadas, concede à Federação Portuguesa de Voleibol o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Formação.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 da Cláusula 3.<sup>a</sup> supra, caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Desenvolvimento Desportivo - Formação, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

4 - Caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante, constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol, em 2015 e/ou em anos anteriores, não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programas de Desenvolvimento Desportivo - Formação, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.



## Cláusula Oitava

### (Obrigações da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do Programa - Formação que justificou a celebração do presente contrato programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.



Contribuinte nº 501982060



# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

## Cláusula Nona (Revisão do contrato)

O presente contrato programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.



## Cláusula Décima (Vigência do contrato)

O presente contrato programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2015.



## Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)



1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.



2 - Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.





3 - Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo competente, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.



Assinado no Porto, em 30 de Abril de 2015, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

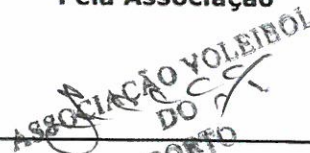
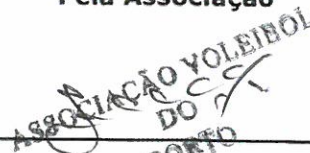


Pela FPV

(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pela Associação

(Joaquim Manuel Oliveira Vilela)